

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.238.408 - SP (2018/0016812-4)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**EMBARGANTE** : MEF SUL COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA  
**ADVOGADOS** : LAURINDO LEITE JUNIOR - SP173229  
LEANDRO MARTINHO LEITE E OUTRO(S) - SP174082  
**EMBARGADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : GEÓRGIA GRIMALDI DE SOUZA BONFÁ - SP108628

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por MEF SUL COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, a decisão de minha lavra, assim fundamentada, **in verbis**:

"Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por MEF SUL COMERCIAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

'AGRAVO REGIMENTAL - Decisão que determina o sobrestamento do recurso extraordinário que versa matéria em regime de repercussão geral (art. 543-B, CPC) - Hipótese que se amolda ao Tema nº 490 - Conveniência da suspensão concomitante do recurso especial - Agravo não provido' (fl. 1.310e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. 543-B do CPC/73, sustentando em síntese, que:

'Tendo em vista que a discussão dos autos envolve questões infraconstitucionais e constitucionais, a Recorrente interpôs os respectivos Recursos Especial e Extraordinário.

O Recurso Especial foi interposto com base no Artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, tendo em vista a violação aos Artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº.

87/96, Artigo 142 do Código Tributário Nacional e Artigos 131, 333 e 535 do Código de Processo Civil, e a divergência entre o v. acórdão recorrido e os v. acórdãos paradigmas proferidos pelo C. STJ nos autos do RMS Nº 31.714/MT e RMS Nº 38.041/MG.

Já o Recurso Extraordinário da Recorrente foi interposto com base no Artigo 102, inciso III, alíneas "a" e "c", tendo em vista a violação aos Artigos 155, parágrafo 2º, incisos I e II, e aos princípios da separação de poderes, autonomia dos estados membros, violação ao pacto federativo e não recepção do Artigo 8º da Lei Complementar nº. 24/75 pela Constituição Federal.

Ao analisar a admissibilidade dos referidos recursos, a Presidência do E. TJ/SP acertadamente sobrestou o trâmite do Recurso Extraordinário, em razão do reconhecimento da Repercussão Geral da matéria perante o Supremo Tribunal Federal (Tema nº 490 - RE nº 628.075/RS).

Ocorre que tal decisão não poderia ter deixado de analisar a admissibilidade do Recurso Especial, pois apesar de ter sido reconhecida a Repercussão Geral da questão constitucional pelo E. Supremo Tribunal Federal (hipótese de sobrestamento do Recurso Extraordinário), tal fato não implica no sobrestamento do Recurso Especial interposto, o qual será analisado única e exclusivamente por este C. STJ.

A legislação processual pátria é clara ao dispor que a sistemática da Repercussão Geral tem o condão de sobrestar apenas o Recurso Extraordinário, não criando qualquer óbice a continuidade do processamento do Recurso Especial' (fls. 1.327/1.328e).

Por fim, requer 'seja recebido e provido o presente Recurso Especial, reformando-se integralmente o v. acórdão recorrido face à violação ao Artigo 543-B, do Código de Processo Civil, bem como em razão da existência de divergência jurisprudencial, para que a Presidência do E. TJ/SP proceda ao exame de admissibilidade do Recurso Especial interposto pela Recorrente (protocolizado no dia 26/11/2014), com a posterior remessa a este C. STJ, para julgamento' (fl. 1.338e).

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 1.355e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.379/1.393e).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, esta Corte já se manifestou no sentido de que, "embora o

reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não imponha o automático sobrestamento dos processos em andamento, a jurisprudência do STJ entende que, por medida de economia processual e para evitar decisões conflitantes, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional justifica o sobrestamento dos recursos especiais que tratem da mesma questão jurídica a ser definida pelo STF (artigos 543-B do Código de Processo Civil de 1973 e 1.036 do Código de Processo Civil vigente)" (STJ, AgInt no AREsp 921.021/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 17/05/2019).

Destarte, estando o acórdão recorrido em sintonia com o entendimento dominante desta Corte, aplica-se, ao caso, o entendimento consolidado na Súmula 568 desta Corte, **in verbis**: "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para negar provimento ao Recurso Especial" (fls. 1.549/1.550e).

Inconformada, alega a parte embargante, em síntese, que:

"(...) a questão posta em debate revolve a análise de questões constitucionais e infraconstitucionais, o que ensejou na interposição concomitante de Recurso Extraordinário e do 1º Recurso Especial.

Apesar de ter sido reconhecida a Repercussão Geral da questão constitucional pelo E. Supremo Tribunal Federal (hipótese de sobrestamento do Recurso Extraordinário), tal fato não implica no sobrestamento do 1º Recurso Especial interposto, o qual será analisado única e exclusivamente por esse E. STJ.

Isso porque a legislação processual pátria é clara ao dispor que a sistemática da Repercussão Geral tem o condão de sobrestar apenas o Recurso Extraordinário, não criando qualquer óbice a continuidade do processamento do Recurso Especial.

O sobrestamento nos casos de Repercussão Geral somente é aplicável para os Recursos Extraordinários que versem sobre controvérsia idêntica à contida no v. acórdão paradigma, não havendo nenhuma extensão para os recursos especiais, que possibilitam apenas a discussão de matéria infraconstitucional.

Referida conclusão, além de constar na sistemática que regulamenta a Repercussão Geral, decorre da autonomia da dupla fundamentação

constante do v. acórdão recorrido, que garante à Embargante o acesso ao E. Superior Tribunal de Justiça, órgão responsável para dirimir as questões de cunho infraconstitucional tratadas nestes autos. Note-se que, no presente caso, as razões do 1º Recurso Especial da Embargante, além de disporem sobre a ilegalidade da glosa de créditos (Artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 87/96), veiculam matérias que são de análise única e exclusiva deste E. Superior Tribunal de Justiça, tal como a violação ao Artigo 142 do Código Tributário Nacional e Artigos 131. 333 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, bem como a divergência jurisprudencial com os acórdãos daquela Corte de Justiça.

Frise-se que a análise de tais questões é completamente autônoma das razões veiculadas em sede de Recurso Extraordinário e deve ser analisada em última instância pelo E. Superior Tribunal de Justiça, independentemente de ter havido pronunciamento do E. Supremo Tribunal Federal acerca da questão de fundo referente à inconstitucionalidade da glosa de créditos.

Assim, verifica-se a completa ausência de fundamento legal para o sobrestamento do 1º Recurso Especial em razão do reconhecimento da Repercussão Geral da matéria constitucional pelo E. Supremo Tribunal Federal, sendo de rigor o pronunciamento de Vossa Excelência quanto a este ponto.

Quanto ao segundo ponto indicado pela Embargante, qual seja, de que o precedente utilizado como fundamento para justificar o sobrestamento de Recurso Especial em razão do reconhecimento da Repercussão Geral de matéria constitucional, não se amolda à Súmula nº 568 desta Corte" (fls. 1.556/1.558e).

Os Embargos de Declaração não merecem ser conhecidos.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por

exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na **expressão** do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao **conteúdo do julgamento** – podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de

conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (*in* Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 241).

Na espécie, contudo, a parte embargante não demonstrou haver, no acórdão embargado, contradição, obscuridade, omissão ou erro material, a justificar a oposição dos presentes Embargos de Declaração, vícios que **não foram, sequer, apontados**, como exige o art. 1.023, **caput**, do CPC/2015, ao assim dispor:

"Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, **com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão**, e não se sujeitam a preparo".

Vale observar que a ausência de indicação dos vícios que justificariam a oposição dos Embargos de Declaração, além de inobservar a exigência do art. 1.023 do CPC/2015, impede a exata compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

A propósito, já decidiu a Corte Especial do STJ:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE NENHUM DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO NOVO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

1. **A ausência de indicação, nas razões dos embargos declaratórios, da presença de quaisquer dos vícios enumerados no art. 1.022 do CPC/2015 implica o não conhecimento dos aclaratórios por descumprimento dos requisitos previstos no art. 1.023 do mesmo diploma legal, além de comprometer a exata compreensão da controvérsia trazida no recurso. Aplicação da Súmula n. 284 do STF.**

2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt nos EAREsp 635.459/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 15/03/2017).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. JULGAMENTO DE AGRAVO INTERNO QUE MANTÉM A DECISÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO. NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS.

**I - A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que não preenche os requisitos de admissibilidade a petição dos embargos de declaração que não indica nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), caso dos autos, o que, por si só, é suficiente para o não conhecimento do recurso, na medida em que a deficiência da argumentação inviabiliza a compreensão exata da controvérsia a ser solvida, atraindo a incidência, por analogia, do enunciado n. 284 da Súmula do STF.**

II - Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 865.398/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/03/2017).

Cumprе destacar, por outro lado, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejuвamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, em regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

Com efeito, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

**1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

**1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**

**2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Ante o exposto, não conheço dos Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora